## **Exame Profissional**

(a que se refere Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais Contas) 30 Outubro 2010

VERSÃO A



- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.

#### 30 Outubro 2010

**VERSÃO A** 



## PARTE II - Duração: 2 horas

## Leia com atenção as seguintes instruções:

- Na folha de respostas escreva o seu nome, o número de membro estagiário e a versão da prova. A não indicação de qualquer um destes elementos implica a anulação da prova.
- Como elementos de consulta apenas poderão ser utilizados:
  - Códigos não anotados;
  - Legislação que compõe o Sistema de Normalização Contabilística;
  - Planos oficiais de contabilidade não anotados, comentados ou explicados;
  - Directrizes contabilísticas;
  - Normas Internacionais de Contabilidade publicadas em regulamentos comunitários.
- Pode utilizar máquina de calcular não programável.
- Esta prova tem duas partes, cada uma com a duração de duas horas.
- Cada questão tem a cotação de 0,4 valores. Por cada resposta errada serão descontados 0,1 valores. Não será penalizada a ausência de resposta.
- Podendo, caso opte por não responder às <u>questões de MED</u> (<u>Questões 46 a 50</u>), então cada questão tem a cotação de 0,5 valores. Por cada resposta errada serão descontados 0,125 valores. Não será penalizada a ausência de resposta.
- Leia atentamente as questões. Depois, assinale com um "X" a alínea (a, b, c ou d) correspondente à melhor resposta a cada questão. Se assinalar mais do que uma alínea de resposta para a mesma questão, essa questão será considerada como não respondida.
- Se, por lapso, assinalar uma resposta e posteriormente quiser corrigi-la, deverá riscar a resposta dada inicialmente, escrever a outra que considera correcta. E ainda no verso da Folha de Respostas, deverá identificar de modo claro a questão corrigida e a resposta que definitivamente quer considerar correcta.

COMPROVATIVO DE ENTREGA

Nome: \_\_\_\_\_\_\_

Bilhete de identidade: \_\_\_\_\_\_ N.º Membro Estagiário/Processo: \_\_\_\_\_\_

O Júri: \_\_\_\_\_

### 30 Outubro 2010

**VERSÃO A** 



## Estas questões são independentes do texto apresentado na PARTE I

# **QUESTÕES DE FISCALIDADE**

### QUESTÃO 26.:

A empresa Carrengil, S.A. vendeu uma mercadoria no dia 18 de Outubro, tendo emitido a correspondente factura no dia 21 do mesmo mês, a qual apenas foi paga no dia 29. O IVA é exigível:

- a) No dia 18 de Outubro.
- b) No dia 21 de Outubro.
- c) No dia 23 de Outubro.
- d) No dia 29 de Outubro.

## QUESTÃO 27.:

Na transmissão a título oneroso de um armazém, que integra os inventários do sujeito passivo, a uma sociedade de locação financeira seguida de um contrato de locação financeira a favor do transmitente (*lease back*):

- **a)** Transmissão e locação são operações sujeitas a IVA, beneficiando ambas de isenção sem possibilidade de renúncia à isenção.
- **b)** Transmissão e locação são operações não sujeitas a IVA.
- c) Transmissão e locação são operações sujeitas a IVA, beneficiando ambas de isenção, com possibilidade de renúncia à isenção apenas pelo locador.
- d) Transmissão e locação são operações sujeitas a IVA, beneficiando ambas de isenção, com possibilidade de renúncia à isenção verificadas que sejam determinadas condições.

#### QUESTÃO 28.:

O comerciante J. Castro decidiu constituir uma sociedade unipessoal por quotas, realizando o capital através da transferência do seu património empresarial:

- a) A transmissão dos activos para a sociedade é objecto de tributação em IVA.
- **b)** Só há lugar a tributação em IVA se tiver sido previamente deduzido o IVA suportado com a aquisição dos bens transferidos para a sociedade.
- c) Não há lugar a tributação em IVA, por se tratar de operação isenta do imposto.
- d) Não há lugar a tributação em IVA, por se tratar de operação não sujeita a imposto.

### 30 Outubro 2010

### **VERSÃO A**



### QUESTÃO 29.:

A sociedade Alfa, Lda., cujo resultado é tributado em IRC ao abrigo do regime geral, suportou quotizações para uma associação empresarial no valor de 5.000€, sendo o seu volume de negócios de 2.600.000€. O montante considerado dedutível para efeitos fiscais em sede de IRC (compreendendo as quotizações e eventual majoração) ascende a:

- **a)** 5.000€.
- **b)** 5.200€.
- c) 6.400€.
- **d)** 7.500€.

## QUESTÃO 30.:

A sociedade industrial Chapa, S.A. alienou à sua sociedade-mãe uma participação correspondente a 10% da sociedade Cima, Lda., tendo apurado uma menos-valia fiscal, a qual:

- a) Deverá ser considerada dedutível em IRC na esfera da sociedade Chapa,
   S.A. na totalidade.
- b) Deverá ser considerada dedutível em IRC na esfera da sociedade Chapa, S.A. em somente 50%.
- c) Não deverá ser considerada dedutível em IRC na esfera da sociedade Chapa, S.A..
- d) Poderá ser reinvestida em exercícios posteriores.

## QUESTÃO 31.:

Qual dos seguintes gastos ou encargos não é aceite para efeitos da determinação do lucro tributável em sede IRC?

- a) O Imposto do selo suportado no âmbito de um financiamento contraído pela empresa.
- b) Uma multa paga a um cliente pelo atraso na entrega de mercadorias.
- c) A despesa suportada com a reparação de uma viatura da própria empresa, por danos sofridos num acidente, por não existir seguro contra todos os riscos.
- d) A derrama incidente sobre o lucro tributável.

30 Outubro 2010

**VERSÃO A** 



## QUESTÃO 32.:

Relativamente a juros recebidos, por pessoas singulares residentes em território nacional, de entidades residentes no mesmo território:

- a) É possível o englobamento.
- b) É sempre obrigatório o englobamento.
- c) Nunca é possível o englobamento.
- d) Nunca estão sujeitos a taxas liberatórias.

**VERSÃO A** 



# **QUESTÕES DE CONTABILIDADE ANALÍTICA**

### QUESTÃO 33.:

O custo de produção de um projecto de financiamento de uma fábrica a instalar num concelho limítrofe de Lisboa, elaborado por uma empresa de consultoria, integra:

- a) As matérias-primas transformadas.
- b) A mão-de-obra directa imputada dos técnicos do projecto.
- c) Os gastos de financiamento de um edifício da empresa adquirido para rendimento.
- d) Nenhuma das anteriores.

### QUESTÃO 34.:

Certa empresa fabrica produtos padronizados para a indústria automóvel para o que tem estruturada a sua produção em séries de fabrico. Em determinado período, lançou em produção a ordem de fabrico nº 10987 – 10 000 peças modelo ZZYY, estimando que os defeitos normais de fabrico se situam em 2% da quantidade fabricada.

No final da execução da ordem de fabrico o Departamento de Controlo de Qualidade identificou 350 peças com defeito que não é possível recuperar.

Sabendo que a Contabilidade Analítica apurou de custos de produção 127 400€ de materiais directos e gastos de conversão, o montante imputado à produção entrada em armazém é de:

- **a)** 124 550€.
- **b)** 125 540€.
- **c)** 125 450€.
- d) Nenhuma das anteriores.

### 30 Outubro 2010

## **VERSÃO A**



## QUESTÃO 35.:

A empresa Panisul, Lda, tem um departamento que se dedica à produção de farinha Super em embalagens de 200 g destinadas às pastelarias, para fabrico de bolos. No cálculo dos custos de produção segue o sistema de custeio padrão. De acordo com as normas técnicas de fabrico definidas pelo departamento, para o fabrico de uma tonelada de farinha empacotada são necessárias 8,5 horas da secção de Produção, 350 kg de trigo tipo A, 680 kg de trigo tipo B e 5 040 embalagens de celofane, para além da adição de 20 kg de aditivos a 8 € cada.

Prevê-se adquirir cada kg de trigo tipo A e de trigo tipo B a 7 e 6 €, respectivamente. Cada embalagem de celofane prevê-se custar 0,02€. O custo unitário estimado de cada hora da secção de Produção é de 120 €.

O custo padrão de cada embalagem de farinha Super é de:

- **a)** 1,65€.
- **b)** 1,56€.
- **c)** 1,60€.
- d) Nenhuma das anteriores.

## QUESTÃO 36.:

A empresa Quimilar, SA, tem na sua fábrica uma produção conjunta em que obteve os produtos principais Alfa e Beta e o subproduto S que vende a um cliente a 12,5€/hl, mas suporta gastos de transporte de 3,5€/hl. Obtém ainda um resíduo cuja destruição obriga a um pagamento de 20€/hl.

Em certo período a empresa teve de gastos conjuntos 470 000€ (matérias-primas e gastos de conversão) e produziu 2 500 hl de Alfa e 3 000 hl de Beta que vende no mercado aos preços unitários de 180€ e 100€, respectivamente.

Sabendo que a empresa reparte os gastos conjuntos em função do valor de venda relativo e que o subproduto é mensurado pelo critério do lucro nulo, o custo unitário de cada produto é de:

- a) Produto Alfa 108€ e produto Beta 62€.
- **b)** Produto Alfa 110€ e produto Beta 60€.
- c) Produto Alfa 108€ e produto Beta 60€.
- d) Nenhuma das anteriores.

### 30 Outubro 2010

## **VERSÃO A**



## QUESTÃO 37.:

A Sociedade de Reparações do Centro, SA, tem contabilisticamente a Oficina organizada em secções principais, entre as quais a secção de Mecânica cuja unidade de imputação é a hora de funcionamento (Hf). Por outro lado, a Oficina tem uma secção de apoio – Serviços Gerais, cujos gastos são repartidos pelas secções principais em percentagem, cabendo à Mecânica 12%.

Em certo período, a Mecânica teve de gastos directos 20 100€ e trabalhou 750 horas, das quais 30 foram aplicadas a reparar um equipamento afecto a Serviços Gerais. Esta última teve, no mesmo período, gastos directos de 93 740€.

Os gastos por hora de funcionamento do período de Mecânica são;

- **a)** 43 €.
- **b)** 42 €.
- **c)** 45 €.
- d) Nenhuma das anteriores.

### QUESTÃO 38.:

A empresa Zeta, SA, dedica-se à produção e comercialização de telemóveis marca SYON, adoptando o sistema de custeio racional no cálculo dos custos de produção. No período N a Contabilidade Analítica recolheu as informações seguintes:

- Capacidade instalada 4 800 milhares de unidades

- Produção no período 3 600 milhares de unidades

- Gastos fixos da fábrica 1 800 milhares de euros

- Gastos variáveis da fábrica 7 650 milhares de euros

- Gastos variáveis não fabris 5 460 milhares de euros

- Gastos fixos não fabris 2 610 milhares de euros

Sabendo que a empresa vendeu 3 000 000 unidades a 5,75€ cada, o resultado antes de impostos é:

- a) 1 320 milhares de euros.
- **b)** 1 210 milhares de euros.
- c) 1 130 milhares de euros.
- d) Nenhuma das anteriores.

### 30 Outubro 2010

**VERSÃO A** 



## QUESTÃO 39.:

A empresa HH fabrica o produto Gama através da transformação de matériasprimas nos Departamentos fabris X e Y. Para o efeito as matérias são transformadas no Departamento X após o que seguem para o departamento Y onde são concluídas.

Em determinado período, o Departamento Y produziu 1.900 unidades de Gama que deram entrada em armazém de produtos acabados. No final do período havia 50 unidades a que faltavam incorporar 40% das operações de acabamento deste departamento.

No período o Departamento Y teve de gastos de conversão 25.090€ e recebeu 1.950 unidades de semi-produto de X a que foram atribuídos gastos de 68.250€.

No final do período o saldo da conta de Produtos e trabalhos em curso é de:

- **a)** 2.140€.
- **b)** 2.480€.
- **c)** 2.240€.
- d) Nenhuma das anteriores.

**VERSÃO A** 



## **QUESTÕES DE CONTABILIDADE FINANCEIRA**

# A RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES 40 A 45, A SEGUIR APRESENTADAS, DEVERÁ SER EFECTUADA COM BASE NO SNC

QUESTÃO 40.: A sociedade ABC detinha meios financeiros líquidos em moeda estrangeira, com câmbio não fixado, que tinham sido adquiridos no dia D. No balanço do final do exercício N (em 31 de Dezeembro de N) da sociedade ABC, esse activo deve figurar mensurado ao:

- a) Custo de aquisição.
- b) Câmbio em vigor em 31 de Dezembro de N.
- c) Câmbio em vigor no dia D.
- d) Nenhuma das anteriores.

QUESTÃO 41.: Na sociedade DEF observou-se que, à data do balanço, o valor realizável líquido de uma dada mercadoria era de 100 u.m., enquanto o custo se cifrava em 120 u.m. Assim, foi necessário:

- a) Reconhecer uma perda por imparidade em inventários.
- b) Reconhecer uma provisão para depreciação de inventários de 20 u.m..
- c) Nada fazer, porque o custo da mercadoria é superior ao seu valor realizável líquido.
- d) Nenhuma das anteriores.

### 30 Outubro 2010

**VERSÃO A** 



QUESTÃO 42.: A ERGUEPRÉDIOS S.A. dedica-se à construção de prédios (habitação e comércio), procedendo à venda das fracções (andares para habitação e lojas) aos clientes finais. A sociedade adquire os terrenos onde constrói os prédios, subcontratando os trabalhos de acabamento a outras entidades, mediante a celebração de contratos de prestação de serviços.

Ao contabilizar os custos da construção dos prédios e ao reconhecer os respectivos réditos:

- a) A ERGUEPRÉDIOS, S.A. e as entidades que lhe prestam serviços por subcontratação, devem aplicar a NCRF 19, pois ambas são intervenientes no contrato de construção.
- **b)** Apenas as entidades que prestam serviços por subcontratação à ERGUEPRÉDIOS, S.A. devem aplicar a NCRF 19, pois apenas estas são entidades contratadas.
- c) Apenas a ERGUEPRÉDIOS, S.A. deve aplicar a NCRF 19, pois é esta a entidade que contrata os serviços de construção com entidades terceiras.
- d) Nenhuma das anteriores.

**QUESTÃO 43.:** Após realizar um teste de imparidade de activos intangíveis, verifica-se que existe uma perda por imparidade se:

- a) O justo valor do activo exceder a quantia escriturada do mesmo.
- **b)** A quantia escriturada do activo exceder a sua quantia recuperável.
- c) A quantia recuperável do activo for superior à quantia escriturada desse activo.
- d) A quantia recuperável do activo for maior do que o seu justo valor.

## 30 Outubro 2010 VERSÃO A



**QUESTÃO 44.:** Bernardo detém na XPTO, Lda. uma quota correspondente a 50% do capital social da sociedade. No final do ano N, o capital próprio da XPTO, Lda. Evidenciado no balanço, era o seguinte:

Capital	100.000 €
Reserva legal	desde o ano N-1, cumpre o mínimo legal
	requerido pelo Código das Sociedades
	Comerciais.
Resultados transitados	(50.000) €
Resultado liquido do exercício	200.000 €

Soubemos que em Março de N+1, em Assembleia Geral da XPTO, Lda., foi deliberado proceder-se à distribuição de mais 10 por cento do que os resultados mínimos que deveriam ser distribuíveis nos termos da lei. Assim, o valor a que Bernardo tem direito a título de lucros, na sequência da deliberação da referida Assembleia Geral é:

- a) 100.000 €.
- **b)** 75.000 €.
- **c)** 60.000 €.
- d) Nenhuma das anteriores.

**QUESTÃO 45.:** Quando uma empresa credita a conta *211 Clientes, c/c*, a causa deste movimento contabilístico pode ser o facto dessa empresa:

- a) ter emitido uma factura relativa a um serviço prestado a um cliente, que irá cobrar apenas no próximo mês.
- **b)** ter recebido um adiantamento de um cliente, por conta de mercadorias que ainda não lhe forneceu.
- c) ter recebido uma transferência bancária de um cliente, que assim liquidou um montante em dívida à empresa.
- d) nenhuma das anteriores.



## QUESTÕES DE MATÉRIAS ESTATUTÁRIAS E DEONTOLÓGICAS

### QUESTÃO 46.:

António é TOC é sócio de uma sociedade de profissionais. Qual é o limite máximo de pontos a que tem direito?

- a) 11 pontos.
- b) 22 pontos.
- c) 30 pontos.
- d) Não existe qualquer limite.

#### QUESTÃO 47.:

A Administração Fiscal procedeu à correcção do lucro tributável da sociedade Lisboa, SA, invocando a existência de irregularidades técnicas na organização da contabilidade. O TOC João Silva discorda dos fundamentos invocados e pretende contestar a liquidação do imposto. O que deve fazer?

- a) Elaborar e enviar, em representação do cliente e com o acordo deste, uma reclamação graciosa.
- **b)** Para manter boas relações com a administração fiscal, informar o cliente de que deve aceitar aquela correcção.
- c) Indemnizar o cliente dos prejuízos sofridos.
- **d)** Não compete ao TOC contestar ou avaliar a legalidade das correcções efectuadas pela administração fiscal.

#### QUESTÃO 48.:

Quando procedia à organização da contabilidade, o TOC Tiago Pontes verificou que havia algumas facturas suspeitas. Após averiguações, confirmou que aquelas facturas eram falsas. O que deve fazer?

- a) Se todos os requisitos formais foram respeitados, não compete ao TOC substituir-se às autoridades judiciais.
- b) Denunciar o cliente à Polícia Judiciária.
- c) Participar a situação ao Ministério Público, através da OTOC.
- **d)** Guardar segredo profissional dos factos de que tomou conhecimento.

### 30 Outubro 2010 | VI

**VERSÃO A** 



## QUESTÃO 49.:

O Serviço de Finanças notificou o TOC para, nos termos do n.º 3 do artigo 24.º da Lei Geral Tributária, pagar o imposto em dívida de um seu cliente, atendendo a que não consegue notificá-lo. Esta notificação é legal?

- a) Sim, o TOC pode ser responsabilizado pelo pagamento de impostos n\u00e3o pagos pelos seus clientes.
- **b)** Não, o TOC não pode ser responsabilizado pelo imposto devido pelos clientes.
- c) Não, a responsabilização do TOC pressupõe a prévia comprovação da violação pelo TOC dos deveres de regularidade técnica a que está obrigado.
- **d)** Sim, se as dívidas são relativas a um período em que o TOC já é o responsável pela contabilidade.

## QUESTÃO 50.:

No dia 15 de Outubro de 2010, a TOC Filomena Sousa recebeu uma carta de um cliente a comunicar-lhe a rescisão do contrato de prestação de serviços, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011. Perante esta comunicação, a TOC é obrigada a encerrar o exercício e a entregar as declarações fiscais anuais de 2010?

- a) Sim, nos termos estatutários a TOC deve proceder ao encerramento do exercício, salvo motivo justificado e devidamente reconhecido pela OTOC.
- **b)** Não porque como a iniciativa da rescisão é do cliente, a responsabilidade da TOC pela organização da contabilidade cessa de imediato.
- c) Não, atendendo a que a atitude do cliente é de total ingratidão, a TOC deve recusar-se a encerrar o exercício.
- **d)** Não, a TOC deve aguardar o contacto do novo colega e disponibilizar-se para o ajudar a encerrar o exercício e enviar as declarações fiscais anuais.